

# FEMINICÍDIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DE GÊNERO

---

## RURAL FEMICIDES: AN ANALYSIS OF GENDER

---

## FEMINICÍDIOS RURALES: UN ANÁLISIS DE GÉNERO

Potiguara de Oliveira Paz<sup>1</sup>

**Objetivo:** analisar as circunstâncias de morte das mulheres rurais assassinadas na perspectiva de gênero. **Método:** estudo qualitativo realizado por análise documental de inquéritos policiais dos assassinatos de mulheres rurais, arquivados nas Delegacias de Polícia de oito municípios da metade sul do Rio Grande do Sul e entrevistas semiestruturadas com familiares das vítimas. **Resultado:** a construção de duas categorias: “As circunstâncias dos feminicídios – descrição das situações de morte”, que descrevem as histórias de morte das mulheres rurais e; “Violência de gênero – configuração do feminicídio”, que aborda as vulnerabilidades das mulheres vitimadas. **Conclusão:** as mortes estavam associadas à violência decorrente de contextos de isolamento social, à condição de pobreza, às ausências de oportunidades de empregos e outros fatores coadjuvantes que se constituíram em vulnerabilidade das mulheres à situação de morte.

**Descritores:** Violência contra a Mulher; Gênero e Saúde; População Rural.

*Objective: to analyze the circumstances of death of rural women killed in the gender perspective. Method: a qualitative study performed by means of document analysis of police investigations of rural women murders, filed in police stations of eight municipalities of the Southern half of Rio Grande do Sul and semi-structured interviews were carried out with families of the victims. Results: the construction of two categories: “The circumstances of femicides – the description of the situations of death”, that describe the stories of the death of rural women and “Violence of gender - the configuration of femicide” which addresses vulnerabilities of victimized women. Conclusion: the deaths were related to violence resulting from contexts of social isolation, to the condition of poverty, to the absence of job opportunities and others secondary factors that represent the vulnerability of women to the situation of death.*

*Descriptors: Violence against Women; Gender and Health; Rural Population.*

*Objetivo: analizar las circunstancias de la muerte de mujeres rurales asesinadas en la perspectiva de género. Método: estudio cualitativo mediante análisis documental de investigaciones policiales de asesinatos de mujeres rurales, archivados en las comisarías de ocho ciudades de la mitad sur del Rio Grande do Sul y entrevistas semiestruturadas con las familias de las víctimas. Resultado: la construcción de dos categorías: “Las circunstancias de feminicidios – la descripción de las situaciones de muerte”, que describen las historias de muerte de las mujeres rurales y; “Violencia de género - la configuración del feminicidio” que aborda las vulnerabilidades de las mujeres asesinadas. Conclusión: las muertes estaban relacionadas con la violencia resultante de contextos de aislamiento social, a la pobreza, a la falta de empleos, y a otros factores coadyuvantes que se constituyeron en vulnerabilidad de las mujeres a la situación de muerte.*

*Descriptorios: Violencia contra la Mujer; Género y Salud; Población Rural.*

---

<sup>1</sup> Enfermeiro. Doutorando da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. potiguarapaz@yahoo.com.br

## Introdução

O feminicídio é o assassinato de mulheres decorrente da violência de gênero<sup>(1)</sup>. Neste artigo, o estudo da morte das mulheres rurais tem a intenção de, ao analisar as circunstâncias desses eventos, trazer visibilidade para essas violências, da mesma maneira que o escritor Primo Levi, prisioneiro no campo de concentração nazista de Auschwitz, tinha o intuito de esclarecer a sociedade e as gerações por vir de que lembrar é prevenir. Para ele, algo horrível aconteceu; se deixar cair no esquecimento, a humanidade não terá nenhuma defesa no futuro contra um possível ou novo extermínio, caso não haja a experiência nem a lembrança daquilo que aconteceu. Ter sido testemunha de um genocídio e escrever suas lembranças em um livro poderia evitar que o horror se repetisse. Também seria a possibilidade de honrar a memória das pessoas que perderam a vida num evento que não devia ter acontecido. Além disso, o melhor caminho para prevenir a violência não é esquecê-la, mas ao contrário, é falar sobre isso, é lembrar o que aconteceu e ter na memória o compromisso de que nunca mais venha a se repetir<sup>(2)</sup>.

Essa afirmação corrobora o estudo proposto sobre os feminicídios de mulheres rurais. O estudo das vulnerabilidades e das circunstâncias de morte tem a intenção, na perspectiva acadêmica e social, de não deixar caírem no esquecimento e serem naturalizados. Essas situações necessitam ser verbalizadas, pois seu silenciamento poderá levar ao esquecimento. Este estudo propõe-se, portanto, a trazer à tona e “desenterrar” as histórias de mortes anunciadas de mulheres rurais.

Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar as circunstâncias de morte das mulheres rurais assassinadas na perspectiva de gênero.

## Mulheres rurais

As mulheres rurais são o foco deste estudo, pois se constata que, para esse grupo populacional, as dificuldades de acesso aos serviços de atenção básica em saúde são agravadas pelas manifestações da violência, as quais estão

interligadas às relações de poder e de gênero vinculadas e potencializadas pela extrema pobreza e pelo desemprego. Essas condições/situações resultam em falta de autonomia das mulheres nas decisões tanto familiares como sociais, na administração da renda e dos gastos familiares que, frequentemente, são de responsabilidade dos homens, na ausência de controle e na posse simbólica do corpo feminino e de sua sexualidade, o que potencializa as assimetrias nas relações entre homens e mulheres<sup>(3)</sup>.

Em relação ao trabalho das mulheres, ao mesmo tempo em que dedicam mais horas ao mercado de trabalho ou, no caso das rurais, ao trabalho na lavoura, também necessitam destinar parte do tempo ao trabalho doméstico. No domicílio, assumem as principais tarefas e o cuidado dos familiares, principalmente das crianças e dos idosos, que acabam se tornando sua responsabilidade. Isto é decorrente da tradicional divisão sexual do trabalho, que delega à mulher uma segunda jornada de trabalho e o papel de cuidadora, o que, em muitas ocasiões, prejudica a possibilidade de encontrar emprego com melhor remuneração, ter uma vida social e dispor de tempo para cuidar de si mesma<sup>(4)</sup>.

Ainda na perspectiva do trabalho, no meio rural, a dificuldade de separar o produtivo e o reprodutivo, que acaba se dissolvendo no trabalho rural realizado pela família, caracteriza a relação do trabalho feminino como “ajuda”, marcado pela invisibilidade, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles no espaço produtivo<sup>(5)</sup>. Isto determina, para a mulher, uma jornada de trabalho maior que a do homem, pois inclui o trabalho reprodutivo necessário à manutenção da família<sup>(6)</sup>. Essa dupla ou tripla jornada configura-se como um tipo de violência, no caso das mulheres rurais, ao destituí-las de escolhas e também atingir sua valorização profissional e até mesmo a busca por empregos e oportunidades.

Além disso, é importante ressaltar que as contribuições econômicas das mulheres têm refletido no bem-estar da família e também na qualidade e satisfação das mulheres com o casamento.

Assim, mulheres que possuem emprego fora do seu domicílio correm menos risco de violência pelo companheiro, pois a rotina das mulheres no emprego aumenta suas relações interpessoais e reduz seu isolamento social. Portanto, o emprego pode servir como um mecanismo de proteção das mulheres contra a violência, oferecendo caminhos para evitar e terminar relacionamentos violentos<sup>(7)</sup>. No entanto, a mulher que “ajuda” o marido nas diferentes atividades, muitas vezes não é considerada como produtora, e sim “a esposa do produtor”. Este entendimento contribui para a invisibilidade, a falta de reconhecimento do trabalho e a ausência da identidade profissional das mulheres rurais<sup>(8)</sup>.

Numa entrevista com Adélia Schmitz, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, foi ressaltado que, na época das primeiras reuniões do movimento em Santa Catarina com as mulheres rurais, o gênero foi considerado uma grande dificuldade presente na sociedade local, mas cabia somente às mulheres reconquistar sua identidade e não responder: “Eu sou a esposa do fulano de tal”<sup>(9)</sup>.

A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável aprovada pela ONU Mulheres, reconhece, em seus objetivos, o papel das mulheres rurais e compromete-se a dedicar recursos e desenvolver as zonas rurais, a agricultura, a pecuária, a pesca sustentável, apoiar os pequenos agricultores, priorizando os países menos desenvolvidos. Esta agenda contempla um mundo em que todas as mulheres, independente de idade, desfrutem de plena igualdade de gênero e tenham-se eliminado todos os obstáculos jurídicos, sociais e econômicos que impeçam seu empoderamento. A Diretora Executiva da ONU Mulheres, *Phumzile Mlambo-Ngcuka*, resalta: “Os objetivos são ligados às vidas de mulheres e meninas no mundo, incluindo o das mulheres rurais, que são vitais para o sucesso. Particularmente o objetivo de eliminar a pobreza em todas as suas formas [...] promover

a sustentabilidade da agricultura e alcançar a igualdade de gênero”<sup>(10:1, tradução nossa)</sup><sup>2</sup>.

## Violência e feminicídio

Considerando suas diferentes faces, a violência doméstica, muitas vezes, está associada a distintos tipos de agressão. Trata-se de um tipo de violência conjugal que envolve atos repetitivos, agravando em frequência e intensidade, e expressa-se como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas. Além de provocar o medo permanente, este tipo de agressão provoca agravos duradouros em suas vítimas, como também destrói o ambiente familiar. Geralmente, este tipo de agressão às mulheres vem acompanhado de problemas adicionais, como uso de drogas, alcoolismo, problemas mentais e pobreza, que não são a causa principal da violência, mas a torna ainda mais degradante para suas vítimas<sup>(11)</sup>.

O comportamento violento do homem contra a mulher, em um relacionamento, manifesta-se disfarçado, em curto espaço de tempo, por ciúme exacerbado, com a intenção de vigiar a exposição do corpo feminino, controlando as roupas, o comprimento das saias, os decotes e os contatos com outros homens. Além disso, as etapas da violência revelam-se sob a forma de controle, sujeição, exigência de obediência, até chegar à agressão por suposta quebra das regras impostas à mulher<sup>(12)</sup>.

A maioria das formas de violência contra as mulheres não são incidentes únicos, mas estão em curso, configurando uma trajetória que se inicia com ameaças e lesões corporais recorrentes, podendo dar indícios ao futuro feminicídio, conceito que, como já mencionamos, se refere aos assassinatos de mulheres decorrentes da violência de gênero. A palavra feminicídio/femicídio foi difundida internacionalmente com a proposta de consolidar-se em um crime diferenciado do homicídio e ser julgado com mais rigor<sup>(13)</sup>.

<sup>2</sup> The Goals are linked to the lives of women and girls globally, including that of rural women, who are vital to success. Particularly the goal to end poverty in all its forms [...] promote sustainable agriculture and to achieve gender equality.

O crime de homicídio é considerado o ato mais hediondo nas relações sociais, pois traz à tona o individualismo e o egocentrismo do ser humano, que, geralmente, possui a intenção de aniquilar o outro<sup>(14)</sup>. Em contraponto, o feminicídio não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu agressor. Pelo contrário, é uma agressão que ocorre motivada pelas expressões de desigualdades, tendo por base a condição de sexo e quase sempre têm início no contexto familiar, em que as relações de gênero constituem-se de forma hierárquica<sup>(15)</sup>.

Em 2015, o assassinato de mulheres ganhou um novo enfoque com a Lei n. 13.114, a lei do feminicídio, que incluiu o assassinato de mulheres como um homicídio qualificado, tendo a característica de crime hediondo<sup>(1)</sup>. Nesse sentido, a perspectiva do assassinato de mulheres ganha visibilidade social e midiática incentivada pela legitimação e pelo reconhecimento do enfrentamento desse tipo de violência, que pode ser definido como uma das iniquidades – desigualdades impregnadas de preconceitos, injustiças sociais e diferenças de acesso aos serviços básicos, que deviam ser garantidos pelo estado à sociedade – sociais existentes no Brasil<sup>(16)</sup>.

Especificamente na violência em localidades rurais, as mulheres enfrentam obstáculos que não existem em áreas urbanas. O isolamento geográfico coloca a população rural em desvantagem no que diz respeito ao acesso a serviços públicos, aumentando o estado de vulnerabilidade das mulheres, que se deparam com uma agressão dentro de seu próprio domicílio e não dispõem de apoio para enfrentar as barreiras e os problemas decorrentes da falta de informação, assim como a ausência de serviços prestados por profissionais que compreendam a dinâmica social da área rural<sup>(17)</sup>.

O espaço delimitado para este estudo é caracterizado, portanto, pelas condições apontadas. Assim, buscando sistematizar a análise dos assassinatos de mulheres encontrados na realidade empírica desta pesquisa, que se restringe

à metade sul do Rio Grande do Sul, utilizou-se uma classificação definida por Flores<sup>(18)</sup>, considerando a propriedade das definições para diferentes contextos. Assim, para a autora, no estudo de feminicídios no Peru, definiram-se três tipos de homicídios que acometem as mulheres decorrentes das desigualdades de gênero: o “feminicídio íntimo”, quando a vítima possui um vínculo sentimental ou familiar com o agressor (namorado, marido, pai, padrasto, irmão, primo); o “feminicídio não íntimo”, quando o agressor não possui vínculo sentimental nem familiar com a vítima (amigos, vizinhos, desconhecidos) e, geralmente, ataca sexualmente a vítima antes de assassiná-la; e o “feminicídio por conexão”, quando a vítima tenta impedir ou evitar uma agressão ou um homicídio de um familiar, colocando-se na “linha de fogo”<sup>(18)</sup>.

## Metodologia

Este artigo acerca dos feminicídios rurais decorrentes da violência de gênero é um recorte de uma dissertação de mestrado que teve o intuito de analisar e dar visibilidade às situações de morte, ao investigar as vulnerabilidades de gênero nas circunstâncias de morte de mulheres rurais da metade sul do Rio Grande do Sul. Esta região possui peculiaridades e tornou-se foco de pesquisas pelo Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (GESC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pois, ao sofrer crescente desaceleração econômica, vem sendo fortemente marcada pelas desigualdades sociais<sup>(19)</sup>.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que se baseou no levantamento estatístico de uma série histórica para identificar e localizar a ocorrência dos eventos de morte de mulheres rurais nos arquivos do Departamento de Estatística Criminal da Secretaria de Segurança do estado do Rio Grande do Sul em conjunto com o Observatório da Violência contra a Mulher, inaugurado em 2012.

Os dados foram obtidos mediante análise documental dos Boletins de Ocorrência da Secretaria de Segurança Pública Estadual e dos inquéritos policiais acerca das denúncias de

homicídio contra mulheres rurais, arquivados nas Delegacias de Polícia Civil de oito municípios da metade sul do estado do Rio Grande do Sul: Arambaré, Camaquã, Canguçu, Chувиска, Cristal, Encruzilhada do Sul, São Lourenço do Sul e Santana da Boa Vista. O período escolhido – 2006 a 2010 – corresponde aos primeiros cinco anos de implantação da Lei Maria da Penha no Brasil.

Nesse contexto, na coleta das informações, buscaram-se os registros de todos os assassinatos de mulheres no período em estudo. Em seguida, contactou-se com as Secretarias de Infraestrutura dos municípios, para identificar o endereço de domicílio das mulheres e separar as que residiam na zona rural e urbana. Desta maneira, chegou-se ao total de quatro assassinatos de mulheres moradoras da zona rural, que foram numerados por ordem de análise. Nos inquéritos policiais, constam os processos de investigação que possibilitaram conhecer as circunstâncias das mortes. Após a identificação dos quatro feminicídios, obtiveram-se as informações e os contatos dos familiares das vítimas.

Para conhecer a vida e as trajetórias de vulnerabilidade que precederam as mortes dessas mulheres, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, no segundo semestre de 2012, com os familiares, totalizando 10 pessoas. As entrevistas semiestruturadas com os familiares obedeceram a um roteiro temático apoiado na sequência das questões e nas facilidades em abordar e assegurar ao investigador que seus pressupostos foram cobertos na conversa interpessoal<sup>(20)</sup>.

O primeiro contato com os familiares das mulheres vitimadas, com o propósito de agendar as entrevistas nos domicílios, foi intermediado por Agentes Comunitários de Saúde das equipes da Estratégia Saúde da Família. Essa estratégia mostrou-se eficiente, pois a relação de familiaridade com os agentes comunitários permitiu maior confiança para a aproximação do pesquisador.

O horário e o dia das entrevistas foram agendados de acordo com a disponibilidade dos participantes. Elas foram realizadas na área rural dos municípios, na residência de cada participante,

em local reservado, o que garantiu a privacidade, estando livre de interrupções. As entrevistas foram gravadas em gravador Mp3 e depois transcritas.

Utilizou-se a análise de conteúdo do tipo temática para o processamento das informações<sup>(20)</sup>, com suporte do gênero como categoria analítica. Joan Scott definiu gênero pela construção social do sexo em seus diferentes papéis socioculturais e assimetrias de poder, ressaltando a importância de se enxergar além das relações homem/mulher, ressignificando a percepção sobre as diferenças sexuais<sup>(21)</sup>. Dessa maneira, os referenciais utilizados na discussão forneceram elementos teóricos para pensar e analisar as assimetrias sociais e culturais com base nas diferenças de sexo/gênero.

Nesse contexto, na realização das entrevistas sobre um tema que envolve sentimentos e sofrimento, identifica-se, sobremaneira, a necessidade do respeito e do cumprimento aos procedimentos éticos. Cabe ressaltar que a entrevista proporcionou espaço aos membros das famílias das mulheres rurais assassinadas para falarem sobre a morte da familiar, um assunto que normalmente não é abordado no dia a dia. Percebeu-se, então, que essas pessoas pouco falavam entre si sobre o assassinato, mas, no momento da entrevista, sentiram-se à vontade para dialogar, o que mostrou ao pesquisador a potencialidade e a receptividade da técnica na abordagem respeitosa aos participantes.

Para resguardar o anonimato dos participantes do estudo e a confidencialidade das informações, visando atender aos princípios éticos para o estudo, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes foram identificados pela letra P (participante) seguida de um número arábico de 1 a 10.

O estudo obedeceu às determinações da Resolução n. 466/12, que regulamenta a pesquisa com seres humanos<sup>(22)</sup>, e foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo Protocolo número 22073.

## Resultados e discussão

A análise documental utilizada nos inquéritos policiais e a análise de conteúdo das entrevistas forneceram elementos para a construção de duas categorias de análise: “as circunstâncias dos feminicídios – descrição das situações de morte”, que descreve as histórias de morte das mulheres rurais; e “violência de gênero – configuração do feminicídio”, que aborda as vulnerabilidades das mulheres vitimadas, tendo o embasamento de estudos que aprofundam e contextualizam a violência contra as mulheres sob o olhar de gênero.

Nesta perspectiva, a segunda categoria ancora os referenciais que tratam da análise de gênero como uma estrutura em si que molda as relações dentro de um contexto, interagindo com outras dinâmicas da vida social<sup>(23)</sup>. As referidas dinâmicas representadas neste artigo refletem os contextos do rural.

### *As circunstâncias dos feminicídios – descrição das situações de morte*

Esta categoria contextualiza os assassinatos das mulheres rurais, numerados, na construção deste estudo, por ordem de análise.

O primeiro feminicídio aconteceu em um acampamento do Movimento Sem Terra, vitimando uma mulher de 19 anos, casada e mãe de dois filhos. Seu companheiro estava em outra cidade, trabalhando na colheita de maçã. Quando seu companheiro viajava, o vizinho de “barraco” a ajudava a cuidar das crianças. Na noite em que ela fora encontrada assassinada, atingida na cabeça por um golpe com um pedaço de madeira, esse vizinho havia desaparecido do acampamento, sendo considerado, pela polícia, foragido e principal suspeito do assassinato.

Nos termos do inquérito, após alguns anos, em uma cidade vizinha, outra mulher denuncia ter sofrido ameaça desse mesmo homem. O delegado de polícia, ao registrar a denúncia, identificou que o agressor estava foragido da polícia. Assim, intimou-o para depor. Em depoimento, ele confessou ter cometido o assassinato, sendo imediatamente decretada sua prisão preventiva.

O agressor foi conduzido à penitenciária e o inquérito policial encaminhado à justiça para julgamento.

O segundo feminicídio aconteceu na frente de um salão de baile na área rural, em uma festa em homenagem ao dia das mães, sendo a vítima uma mulher rural de 37 anos, casada e mãe de seis filhos. A violência começou quando um homem bêbado assediou fisicamente a vítima dentro do baile. O marido da vítima percebeu e o agrediu. Os seguranças do baile colocaram todos os envolvidos para fora do salão e a violência persistiu. Um dos seguranças sacou um revólver e atingiu, com uma coronha, a cabeça do marido da vítima. Nesse momento, a arma disparou e atingiu o rosto da vítima, que tentava separar a briga. Em depoimento, o responsável pelo disparo alegou que o revólver disparou sozinho, de maneira acidental. A arma não estava registrada em seu nome e ele também não possuía porte de arma. O inquérito policial foi encaminhado à justiça para julgamento, mas o segurança não foi preso.

O terceiro feminicídio aconteceu no domicílio da vítima, uma mulher rural de 55 anos, casada e mãe de três filhos. Assassinada com um corte de facão no rosto decorrente de uma briga de vizinhos em um assentamento rural. O motivo da violência foi uma discussão sobre uma cerca divisória nas propriedades, que resultou em agressão, com uso de um facão, ao marido e ao filho da vítima. Ao perceber a violência, a mulher tentou interromper a briga. Ao se aproximar, foi agredida pelo vizinho com um golpe de facão no rosto. Ao ser atingida, imediatamente caiu no chão inconsciente e o vizinho fugiu. Em depoimento, ele alegou que não cometeu assassinato. Relatou que se envolveu na violência e como a vítima estava muito próxima, foi atingida por um golpe de facão desferido por seu próprio marido, acidentalmente. Por insuficiência de provas, não houve a possibilidade de decretar a prisão preventiva do vizinho e o inquérito policial foi encaminhado à justiça para julgamento.

O quarto feminicídio aconteceu no próprio domicílio, no sítio em que morava uma mulher rural de 69 anos, solteira, vítima de dois disparos

de arma de fogo no rosto. Foi vitimada por um trabalhador do sítio onde morava, em um final de semana, quando estava sozinha na propriedade. A intenção do agressor era roubar o dinheiro da aposentadoria da vítima. Supõe-se que, para não ser identificado, cometeu o assassinato. Além disso, o agressor também estuprou a vítima, mas contou outra versão para a polícia. No entanto, o exame de DNA solicitado pela justiça comprovou que o sêmen encontrado na vítima era do agressor identificado. O inquérito policial foi encaminhado à justiça para julgamento e o agressor teve sua prisão preventiva decretada.

### *Violência de gênero – configuração do feminicídio*

No feminicídio 1, estiveram presentes diferentes fatores que influenciaram no assassinato. Dentre eles, estava o isolamento social, pois a vítima estava longe de seu companheiro e de sua família. O acampamento do Movimento Sem Terra fornecia alimentação e condições básicas para viver, mas, com dois filhos pequenos e sozinha, a mulher vitimada enfrentava dificuldades na subsistência e no cuidado das crianças. Criou vínculo com um vizinho que a auxiliava com seus dois filhos, desenvolvendo uma relação de amizade. Quando o companheiro da vítima viajava, o vizinho aproximava-se. Por meio desse vínculo, ele passou a conhecer melhor o cotidiano da vítima e com a manifestação de ciúme e tentativa de controle cometeu o assassinato. Conseguiu fugir e permaneceu foragido da polícia por cinco anos.

A dominação de gênero nesse feminicídio é identificada nas relações interpessoais, em que o agressor usa o vínculo que possui com a vítima e seus filhos, tentando controlar e determinar com quem a vítima poderá conversar e se relacionar. Também tenta estabelecer uma relação afetiva. Ela percebe a intenção do vizinho e recusa-se. Então, ela solicita ajuda da Comissão Interna do Acampamento Rural, para avaliar a conduta do vizinho. Na sequência, quando o vizinho é informado dessa denúncia na referida comissão do acampamento, durante a noite, ele assassina a

vítima e consegue fugir. Esse evento de violência pode ser caracterizado de “feminicídio íntimo”, devido à existência de vínculo entre vítima e agressor<sup>(18)</sup>.

Os feminicídios 2 e 3 possuem características semelhantes. Ambos ocorreram porque as mulheres intervieram na violência entre homens, tornando-se as principais vítimas. No entanto, o feminicídio 2 tem a peculiaridade do assédio à mulher como estopim da agressão, característica marcante da violência de gênero pela disputa masculina na posse do corpo feminino.

*Os seguranças estavam contendo a briga de dois homens na frente do baile. Um segurança sacou uma arma e acertou um dos homens na cabeça com a coronha do revólver e a arma disparou. Minha filha estava muito próxima e estava tentando acalmar a briga, mas ela acabou sendo atingida no rosto. (P3).*

*Na ocasião, minha esposa tentou parar a situação que estava acontecendo, pois eu e meu filho estávamos apanhando de facção do vizinho e minha esposa, de longe, viu o que estava acontecendo e veio correndo tentar nos proteger. Quando ela se aproximou, o vizinho a atingiu com apenas um golpe de facção no rosto, e ela caiu no chão com muito sangue. (P5).*

Mesmo que por motivações iniciais diferentes, nesses dois feminicídios, a violência foi decorrente da luta corporal entre homens. As duas mulheres foram atingidas no rosto, mas não possuíam o papel de protagonistas diretas dentro dos contextos. O protagonismo do feminicídio 2 foi diferente, como argumento masculino de disputa pela companheira. Já no feminicídio 3, a mulher rural apenas tentava interromper a agressão aos seus familiares que acontecia diante de seus olhos. Este tipo de situação configura o “feminicídio por conexão”, isto é, quando a vítima tenta impedir ou evitar uma agressão ou homicídio de um familiar ou de alguém próximo e acaba sendo atingida<sup>(18)</sup>.

O feminicídio 4 mostra que a mulher vítima foi estuprada antes ou depois de morrer – o inquérito não precisou o momento. Além disso, a

vítima era uma mulher idosa, solteira, sem história de relacionamentos afetivos ou sexuais e estava sozinha. O agressor, um dos trabalhadores do sítio, beneficiou-se da situação, da relação de trabalho e da confiança pessoal para cometer o feminicídio, pois conhecia o cotidiano da vítima e concretizou o assassinato em um momento oportuno. Questiona-se se a ocorrência do estupro se deu antes ou após a morte. Nesse caso, o agressor arrombou a janela da cozinha, foi até o quarto da vítima e atirou em sua cabeça a uma distância de, aproximadamente, cinco metros. Em seguida, com o cobertor, ele cobriu o rosto da vítima e realizou o segundo disparo, também na cabeça. Desta maneira, foi suposto que o agressor realizou o estupro após ter cometido o assassinato.

A área rural de localização do sítio tinha história de assaltos, e o proprietário já havia trocado tiros com bandidos, anteriormente. A mulher vítima não era familiar do proprietário, mas morava na casa e o ajudava a cuidar desde muito tempo. O entrevistado a referia como sua ex-babá. Tratava-se de uma mulher rural idosa que viveu toda sua vida no sítio, não como empregada, mas como um “membro da família”, como referiu o proprietário cujos familiares moravam em outra cidade e referiram medo de assaltos como motivação para deixarem o sítio. Disse o proprietário:

*Nos finais de semana, quando eu ia ver minha esposa e meus filhos, sempre a convidava para ir comigo. Ela não aceitava, dizendo que a viagem era muito longa, e ela não teria privacidade nem tranquilidade para assistir televisão. Então, eu perguntava: Você não tem medo dos assaltantes? E ela sempre respondia: Não, eu simplesmente fico quietinha e rezando, pois sou velha e não consigo sair correndo, então, eu faço tudo o que eles me pedirem e tenbo fê de que eles não me matem. (P7).*

Corroborar esta fala a maneira como a vítima foi assassinada. No laudo da perícia anexado ao inquérito policial, consta: “A vítima estava sentada na cama e não esboçando nenhum tipo de reação perante o possível assaltante quando sofreu o disparo na cabeça.” No entanto, o agressor não era um assaltante qualquer, mas sim o

trabalhador do sítio, que fazia parte do seu convívio. Ele tinha a intenção de roubar alguns pertences da casa, o dinheiro da vítima e não queria ser identificado.

O assassinato, em decorrência da violência de gênero, pode ser percebido como “feminicídio não íntimo”, que ocorre quando o agressor não possui vínculo sentimental nem familiar com a vítima e, geralmente, ataca-a sexualmente<sup>(18)</sup>, como é o caso do feminicídio 4.

Além disso, constata-se o isolamento social como um fator de vulnerabilidade, pois as pessoas com quem a vítima possuía vínculo interpessoal eram apenas aquelas que moravam no sítio e, dentre elas, estava o agressor, que conhecia sua rotina, sua maneira de pensar e agir, valendo-se disto para cometer o feminicídio de maneira premeditada. Em contextos de isolamento, a mobilidade das mulheres torna-se uma proteção contra a violência. No entanto, a liberdade de movimento está diretamente relacionada ao acesso a recursos para buscar ajuda, redes de apoio e autonomia<sup>(24)</sup>.

A autonomia possui distintas dimensões: a tomada de decisão, que é a capacidade da mulher para atuar em seu próprio interesse, o que pode fortalecê-la no momento de gerenciar um conflito doméstico; a liberdade de mobilidade; o acesso à informação; e o acesso e controle a recursos econômicos. Neste sentido, a violência doméstica é um indicador de que a mulher não possui autonomia<sup>(24)</sup>.

A autonomia das mulheres, portanto, requer o fortalecimento de políticas públicas que garantam direitos de acesso a serviços de proteção à vida, acesso a créditos e recursos financeiros, direitos previdenciários, educação, além de garantir o direito de poder deixar seus filhos em um local seguro, pois um país pode ter políticas de gênero de excelência, mas a autonomia das mulheres não vai estar fortalecida, se não houver local onde ela possa deixar os filhos para poder trabalhar e estudar<sup>(6)</sup>.

Há de se questionar: Que possibilidades têm as mulheres rurais de acessar os serviços públicos, pelo estado, se ainda estão excluídas desses? Essa condição de localização geográfica inviabiliza a garantia de direitos e a acessibilidade



ao aparato de serviços, pois, muitas vezes, esses são insuficientes e exclusivamente urbanos. No entanto, fatores sociais e econômicos influenciam, na medida em que a redução da pobreza, a maior cobertura educativa e maiores oportunidades de acesso aos serviços de saúde são fatores que podem melhorar as condições de vida das mulheres e repercutir na redução da mortalidade por causas externas<sup>(25)</sup>.

No tocante ao acesso aos serviços de saúde, a ESF rural é um grande passo, mas existem particularidades e desafios, como atender em lugares de difícil acesso, com estradas de má qualidade, poucos recursos materiais, dificuldades em fazer vínculo com usuários em processo de isolamento social e expostos a diferentes vulnerabilidades. A especificidade de um município, por exemplo, por não haver um posto de saúde em área rural, requer um veículo exclusivo para a ESF, fundamental para o desempenho da atividade no atendimento à saúde da população. Este fato constitui, por vezes, limitações na atenção em saúde.

*A equipe de saúde passou a nos visitar em 2011, mas agora há pouco, eu soube que o serviço de saúde do município está com os dois carros estragados há cinco meses e passamos a procurar o atendimento na sede do município vizinho, que é mais perto e lá tem hospital. (P6).*

Além disso, outras dificuldades existem ainda, a exemplo do fato de as áreas rurais dos municípios referidos no estudo estarem inseridas na agenda pública de saúde como “um apêndice”. As ações são planejadas para a área urbana, desconsiderando as especificidades do rural, o que gera atuações desconexas com a realidade local e suas necessidades, pouca resolutividade das demandas e dos problemas dessas comunidades<sup>(26)</sup>.

Nesse contexto, a característica do atendimento em saúde da população rural, nos municípios, tem pouco enfoque da promoção e da educação em saúde no planejamento das ações de trabalho. Apenas os agentes comunitários de saúde que, em certo aspecto, são os mediadores entre as equipes de saúde e a comunidade, atuando no cumprimento de metas estabelecidas

pela gestão municipal, mesmo que com pouca capacidade técnica para lidar com situações de violência, são os profissionais que se deparam de frente com a violência contra a mulher no seu cotidiano de trabalho.

Desse modo, aspectos importantes também são ressaltados, como o acesso a saúde para a construção de redes de apoio, com o intuito de criar vínculos interpessoais. Isto pode propiciar inovações e o fortalecimento de práticas integradas de cuidado individual, bem como reforçar o papel emancipador das mulheres e o potencial dos trabalhadores da saúde como mediadores, articulando ações na construção e consolidação das redes de apoio social, elaborando ações educativas, podendo ativar redes mais amplas nos espaços públicos e propiciar o fortalecimento de vínculos com a comunidade na atenção à saúde, ampliando o acesso aos serviços de saúde<sup>(27)</sup>.

Entretanto, quando se trata das populações rurais, as barreiras geográficas são evidentes. Mesmo assim, é possível reconhecer que os serviços de saúde da atenção primária constituem-se como espaços importantes para o atendimento e o cuidado integrado à mulher vítima de violência. Desse modo, salienta-se a necessidade da consolidação de uma rede de atenção à saúde da mulher que lhe ofereça proteção e assistência, considerando diferentes situações de vulnerabilidade a que estão submetidas.

Em relação à violência apontada contra as mulheres rurais, estão presentes a dominação e as hierarquias de gênero, o sofrimento naturalizado, bem como o isolamento geográfico e social que podem impossibilitar o acesso e a atuação de qualquer serviço, além da proximidade de um familiar apoiar ou auxiliar na ativação de uma rede de apoio.

### Considerações finais

A identificação dos feminicídios possibilitou perceber que as mortes das mulheres decorreram de lesões no rosto/cabeça, revelando a brutalidade das circunstâncias de morte, na maioria dos casos, praticados por pessoas próximas. Os agressores valeram-se do vínculo e da fragilidade

das vítimas para cometerem os assassinatos. Em alguns casos, a mulher estava muito próxima e tentou interromper a manifestação da violência, mas acabou sendo atingida, tornando-se a principal vítima.

As narrativas dos familiares, os Boletins de Ocorrência e os Inquéritos Policiais reconstituíram as mortes das mulheres rurais, evidenciando a interação de situações de vulnerabilidade decorrentes de isolamento social, ausência do Estado, condições de pobreza e ausência de oportunidades de emprego para possibilitar a autonomia como principais fatores coadjuvantes e de vulnerabilidade nos feminicídios.

A segunda categoria traz o embasamento do referencial de gênero que direciona o estudo, analisando as agressões contra as mulheres com a preocupação de dar maior enfoque ao feminicídio. Ressalta-se a importância de discutir gênero dentro e fora de suas normatividades e em diferentes contextos sociais. Para este artigo, no entanto, o mais importante é reconhecer a violência presente em relações nas quais as mulheres são assassinadas. Desse modo, conseguir entender e promover o debate é extremamente necessário para contribuir com mudanças e transformações, o que representa um grande passo na resistência a esse tipo de violência.

Destaca-se a necessidade de investimentos em mais estudos sobre mulheres rurais e o papel do Estado no acolhimento, apoio e acesso aos serviços. Ressalta-se ainda a importância de criar estudos operacionais que forneçam a dimensão da análise e a compreensão da violência nos espaços rurais, reconhecendo os contextos que geram a violência, “a raiz do problema”, para estabelecer prioridades e o agir em articulação intersetorial, criando e configurando redes de apoio no seu enfrentamento de maneira concreta e eficaz.

No âmbito rural, uma ação resolutiva poderia ser a constituição de grupos de mulheres para a prevenção da violência, pois isto lhes permitiria criar vínculos, construir redes de apoio e não ficar isoladas socialmente. Os serviços de saúde podem ajudar na construção desses grupos que fornecem apoio e acolhimento às mulheres.

Além disso, os grupos podem contribuir para as mulheres perceberem que a violência não acontece apenas consigo, evitando, assim, que naturalizem e se culpem pelas agressões sofridas ou que aconteça o “silenciamento” da violência e sua reprodução seja legitimada no âmbito das relações familiares e afetivas.

Nesse sentido, pessoas e serviços, unindo-se para combater a violência contra as mulheres, criam soluções inspiradoras e podem influenciar no planejamento de ações políticas, o que, certamente, oportuniza a reverberação social no empoderamento das mulheres na busca pelo enfrentamento.

### Agradecimentos

Agradeço à professora Marta Julia Marques Lopes, uma grande mestra que me incentivou a estudar gênero, compartilhando seu saber de longa caminhada, e também a Alessandra Carneiro Stromberg, que compartilhou sua experiência na visita ao Memorial do Holocausto em Berlim e encontrou, nas palavras de Primo Levi, um referencial para este estudo.

### Referências

1. Presidência da República (BR). Casa Civil. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília; 2015. [citado 2015 dez 20]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)
2. Levi P. É isto um homem? 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco; 2013.
3. Butto A, Hora K. Políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: Secretaria de Política para as Mulheres (BR). Observatório Brasil da igualdade de gênero: desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero. Brasília; 2012. p. 31-46.
4. Cuns RA. La política de cuidados en Uruguay: ¿un avance para la igualdad de género? *Estudios feministas*. 2014;22(3):795-813.
5. Lopes JM. Violência contra mulheres em áreas rurais sob o olhar da saúde. In: Gerhardt TE, Lopes

- MJM. O rural e a saúde: compartilhando teoria e método. Porto Alegre: EDUFRGS; 2015. p. 77-85.
6. Foro C. As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável. In: Secretaria de Política para as Mulheres (BR). Observatório Brasil da igualdade de gênero: desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero. Brasília; 2012. p. 89-98.
  7. Powers R, Kaukinen CE. Trends in intimate partner violence: 1980-2008. *J interpers violence*. 2012;27(15):3072-90.
  8. Perona E. La transformación tecnológica del sector agropecuario en la provincia de Córdoba y sus repercusiones sobre la mujer y la familia rural. *Estudios feministas*. 2012;20(3):739-60.
  9. Paulilo MI, Silva CB. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com dona Adélia Schmitz. *Estudios feministas*. 2007;15(2):399-417.
  10. UN Women. Empowering rural women through the SDGs. New York; 2015. [cited 2015 dec 20]. Available from: <http://www.unwomen.org/en/news/in-focus/rural-women-food-poverty>
  11. Soares BM. Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2005.
  12. Blay EA. Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo: Editora 34; 2008.
  13. Olivera M. Violencia femicida. Violence against women and Mexico's structural crisis. *Latin am perspect*. 2006;33(2):104-14.
  14. Minayo MCS. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.
  15. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc Estado*. 2014;29(2):449-69.
  16. Badziak RPF, Moura VEV. Determinantes sociais da saúde: um conceito para efetivação do direito à saúde. *Rev saúde públ Santa Catarina*. 2010;3(1):69-79.
  17. Eastman BJ, Bunch SG, Williams AH, Carawan LW. Exploring the perceptions of domestic violence service providers in rural localities. *Violence against women*. 2007;13(7):700-16.
  18. Flores MRV. El registro de feminicidio del Ministerio Público del Perú. Reunión internacional sobre buenas prácticas de políticas públicas para el Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL; 2010. (Serie Mujer y Desarrollo).
  19. Gerhardt TE, Lopes MJM. Pensar o rural e a saúde: elementos teóricos e metodológicos. In: Gerhardt TE, Lopes MJM. O rural e a saúde: compartilhando teoria e método. Porto Alegre: EDUFRGS; 2015. p. 15-28.
  20. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
  21. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educ real*. 1995;20(2):71-99.
  22. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília; 2012.
  23. Connell R, Pearse R. Gênero: uma perspectiva global. 3ª ed. São Paulo: nVersos; 2015.
  24. Mogford E. When status hurts: dimensions of women's status and domestic abuse in rural northern India. *Violence against women*. 2011;17(7):835-57.
  25. Salazar E, Buitrago C, Molina F, Alzate CA. Tendencia de la mortalidad por causas externas en mujeres gestantes o puérperas y su relación con factores socioeconómicos en Colombia, 1998-2010. *Rev panam salud publica*. 2015;37(4-5):225-31.
  26. Costa MC. Agendas públicas e práticas profissionais em saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais [Tese]. Porto Alegre (RS): Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2012. [citado 2015 18 nov]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49721/000851152.pdf?sequence=1>
  27. Lacerda A, Casanova A, Teixeira MB. O cotidiano de trabalho dos agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância em saúde: uma proposta de formação profissional conjunta. In: Pinheiro R, Martins PH. Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS; 2011. p. 205-14.

Artigo apresentado em: 13/1/2016

Aprovado em: 9/5/2016

Versão final apresentada em: 20/5/2016